

ATA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2021 CONSELHO FISCAL IPMM

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às dez horas, na sede do IPMM, reuniu-se o Conselho Fiscal do instituto para a primeira reunião extraordinária do ano. Inicialmente foi verificado se havia quórum para a reunião, sendo verificado o Regimento do Instituto, o qual menciona que as deliberações devem ser verificadas com maioria absoluta, o que ficou constatado. A presidente do Conselho, sra. Janaina Schultz, abriu os trabalhos e deu boas-vindas aos presentes.

Com a palavra o presidente apresentou ao Conselho a prestação de contas do IPMM referente ao ano 2020. A presidente, questionou se a taxa não incorpora no fundo previdenciário. O presidente falou que depende de autorização do conselho administrativo para alocar o valor a mais para o benefício.

O presidente apresentou a prestação de contas do IPMM referido ao exercício de 2020. Ele explicou que as despesas atuais com previdência está na ordem de 19 milhões para benefícios. Destacou que o número de aposentados no ano de 2020 foi 322, e de pensionistas foram 119. Nos últimos dois nos foram cerca de 60 concessões. O saldo de investimentos, no final de 2020, foi de R\$ 36,4 milhões. Os membros do conselho aprovaram a prestação de contas na íntegra.

Quanto ao início de 2021, o presidente ressaltou que o patronal da competência de janeiro foi pago inteiro e, nos meses seguintes, se a prefeitura pagar o aporte parcelado mensalmente, as receitas serão suficientes para custeio das despesas com pagamento de benefícios.

Os membros do conselho comentaram sobre a situação financeira da prefeitura e as perspectivas com o novo concurso.

O presidente do instituto apresentou aos membros a situação da transferência dos imóveis (Centro de Serviços, Ginásio Tutão e Mercado Municipal) para o IPMM. Ele mencionou que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) estabeleceu prazo de seis meses, a partir de fevereiro, para a efetivação das transferências.

O presidente apresentou os Termos de Ajuste de Conduta (TAC) propostos pelo Ministério Público para regularização dos espaços utilizados por particulares, de forma a evitar ações rescisórias. O conselho deliberou sobre a situação dos imóveis em questão e sua utilização, manutenção ou na hipótese de se construir um novo imóvel. A presidente lembrou do valor histórico do Mercado Municipal.

O presidente salientou ainda que os futuros ganhos originados de tais imóveis, quando convertidos em dinheiro, seja por meio de venda, seja por meio de aluguéis, fazem parte do plano de benefícios da autarquia, logo, devem ser destinados para pagamento de aposentadorias e pensões.

O presidente apresentou na sequência a possibilidade de compra de um imóvel, justificando a necessidade de um local mais amplo tendo em vista que o Ministério Público apresentou proposta de TAC referente a necessidade de concurso para contador do órgão e assessor jurídico. E destacou, que atualmente



percebe-se a necessidade de mais salas para o bom andamento administrativo. Na terça o assunto será apresentado na reunião do Conselho Administrativo, sendo que o Conselho Fiscal salientou que seria interessante o IPMM ter uma sede própria.

O repasse do terreno da antiga empresa Máster, o qual pode ser repassado ao IPMM como amortização de aporte, foi tema abordado pelo presidente, o projeto já está na Câmara de Vereadores para deliberação.

O presidente informou que o CRP foi renovado por mais seis meses. E salientou a necessidade de uma Reforma Previdenciária, adequando as regras de concessão de benefícios às necessidades atuais, uma preocupação com o futuro do instituto e dos segurados.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

CONSELHO FISCAL

Janaina Schultz

Altamir José Severino Bauer

Claudimar Zattera